

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Principais destaques

Nos últimos anos a gestão das autarquias locais sofreu muitas mudanças, sobretudo no que respeita à gestão financeira e económica. Esta gestão teve de se adaptar à nova realidade existente, que pretende cada vez mais uma exata avaliação económico-financeira.

A existência de entidades em que os Municípios delegaram algumas das suas competências, mesmo estes controlando financeira e economicamente essas entidades, não permite que a contabilidade individual das autarquias seja suficiente, quer para a tomada de decisões, quer para um controlo legal e financeiro eficaz.

Nesta perspetiva, houve a necessidade de se criar uma ferramenta de gestão que permita com facilidade efetuar uma análise económica e financeira do grupo, como se de uma única entidade se tratasse. É assim que surge a consolidação de contas, que permite agregar as demonstrações financeiras das diversas empresas do mesmo grupo autárquico numa única entidade (entidade mãe).

Este processo pode ser muito complexo, devido a vários fatores, que vão desde as transações entre as entidades do grupo, à existência de participações de capital cruzadas ou de distintas percentagens de capital detido, além da utilização de diferentes normativos contabilísticos, independentemente de se tratar de entidades do mesmo perímetro de consolidação.

O POCAL não estabelece de forma inequívoca os princípios que devem estar subjacentes a uma correta consolidação de contas, mas a verdade é que esta matéria tem evoluído ao longo dos últimos anos e, apesar de não existir ainda regulamentação própria, em 2007 a Lei das Finanças Locais estabeleceu que os municípios que detivessem serviços municipalizados ou a totalidade do capital do setor empresarial local deveriam incluir nos seus documentos de prestação de contas os elementos relativos a esses serviços ou empresas, designadamente a consolidação do balanço, a demonstração de resultados, bem como os respetivos anexos explicativos (n.º 1 do artigo 46 da Lei 2/2007, de 15 de janeiro).

Contudo, a necessidade de esclarecer os procedimentos contabilísticos de consolidação a utilizar acabou por levar à publicação da Portaria nº 474/2010, de 1 de julho de 2010, que aprova a “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” (orientação nº 1/2010), obrigatoriamente aplicável ao Município do Cantanhede.

Esta portaria, e sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCP e planos sectoriais, estabeleceu que a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, que tem o dever de acautelar a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

O Município de Cantanhede tem apenas uma única entidade que se enquadra no que ficou dito no parágrafo anterior, designadamente a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede – EM, SA, cujas Demonstrações Financeiras, segundo o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) foram convertidas para ambiente POCAL para efeitos de consolidação.

2. INOVA-EM, SA

O Município de Cantanhede possui a totalidade do capital social da INOVA-EM, SA, que é uma Empresa Local, sobre a forma jurídica de Sociedade Anónima Unipessoal, constituída em 16 de abril de 2002, nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, e que se rege atualmente pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

O seu objeto social é a promoção do desenvolvimento económico e social do concelho de Cantanhede, de forma integrada, visando a melhoria da qualidade de vida das populações e a administração e a promoção da coesão territorial com uma ação centrada na valorização do património cultural, urbanístico, ambiental paisagístico, entre outras áreas.

3. Síntese da Atividade Consolidada do Ano

3.1. Análise do Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico utilizado adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial do Grupo Município de Cantanhede (Câmara Municipal e INOVA-EM, SA) a 31 de dezembro de 2013.

BALANÇO CONSOLIDADO		ANO: 2013			
Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2013		2012	
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	7 470 452,57		7 470 452,57	7 223 694,20
452	Edifícios	624 756,68	214 928,16	409 828,52	322 140,12
453	Outras construções e infra-estruturas	75 802 498,22	36 322 025,56	39 480 472,66	40 935 267,67
455	Bens do patrimônio histórico, artístico, e cultural	539 611,85	363 873,87	175 737,98	202 416,80
459	Outros bens de domínio público	604 690,96	35 950,34	568 740,62	562 801,60
445	Imobilizações em curso	1224 169,60		1224 169,60	1421295,90
446	Aiantamento por conta de bens de domínio público	0,00		0,00	0,00
		86 266 179,88	36 936 777,93	49 329 401,95	50 667 616,29
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	924 586,39	597 408,17	327 178,22	463 636,04
433	Propriedade industrial e outros direitos	113 746,48	77 721,11	36 025,37	11744,74
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	38 900,00
449	Aiantamento por conta de imobilizações incorpóreas				0,00
		1038 332,87	675 129,28	363 203,59	514 280,78
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	11 150 327,02		11 150 327,02	11086 127,83
422	Edifícios e outras construções	38 813 353,90	6 910 192,79	31903 161,11	29 810 095,89
423	Equipamento básico	38 738 143,66	10 717 074,24	28 021069,42	23 190 375,24
424	Equipamento de transporte	2 846 948,74	2 646 364,22	200 584,52	280 298,01
425	Ferramentas e utensílios	952 359,33	923 363,95	28 995,38	42 937,63
426	Equipamento administrativo	2 512 823,98	2 026 137,94	486 686,04	593 695,10
427	Taras e vasilhame	40,00	40,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	6 666 357,45	3 029 491,24	3 636 866,21	3 959 783,51
442	Imobilizações em curso	3 775 579,07	0,00	3 775 579,07	9 614 414,08
448	Aiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		105 455 933,15	26 252 664,38	79 203 268,77	78 577 727,29
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1718 333,10	14 970,00	1703 363,10	837 300,70
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	43,63	0,00	43,63	
441	Imobilizações em curso				
447	Aiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		1718 376,73	14 970,00	1703 406,73	837 300,70
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	393 005,10	0,00	393 005,10	422 002,11
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				

BALANÇO CONSOLIDADO		ANO: 2013			
Código das Contas		Exercícios			
		2013		2012	
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias	43 641,43		43 641,43	51 357,63
37	Adiantamentos por conta de compras				
		436 646,53	0,00	436 646,53	473 359,74
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo prazo (a)				
	Dívidas de Terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	223 543,24		223 543,24	299 995,38
212	Contribuintes, c/c	11 427,32		11 427,32	20 544,87
213	Utentes, c/c	24 602,77		24 602,77	24 881,92
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	334 873,01	334 873,01	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores	1 845,00		1 845,00	2 829,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	69 637,82		69 637,82	121 710,01
264	Administração autárquica	0,00		0,00	0,00
262+263+267+	Outros devedores	387 138,32		387 138,32	740 113,62
268					
215	Clientes, Cont, Utentes-Multas/Outras penalidades	106,73	0,00	106,73	
		1 053 174,21	334 873,01	718 301,20	121 074,80
	Títulos negociáveis				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	4 238 130,87		4 238 130,87	5 232 263,28
11	Caixa	3 270,98		3 270,98	4 738,08
		4 241 401,85		4 241 401,85	5 237 001,36
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	6 041 660,61		6 041 660,61	4 940 933,15
272	Custos diferidos	63 963,86		63 963,86	108 342,48
2761	Activos por Impostos Diferidos	215 499,25		215 499,25	9 112,27
		6 321 123,72		6 321 123,72	5 058 387,90
	Total de amortizações		63 879 541,59		
	Total de Ajustamentos		334 873,01		
	Total do activo	206 531 168,94	64 214 414,60	142 316 754,34	142 575 748,86

BALANÇO CONSOLIDADO		ANO: 2013	
Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012
	Fundos próprios		
51	Património	49 182 254,55	48 819 451,74
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	1000 293,55	1000 293,55
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	20 543 354,56	20 543 354,56
575	Subsídios	64 298,34	67 448,01
576	Doações	2 744 815,44	2 056 847,35
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultados transitados	-1 150 783,43	-2 316 161,45
88	Resultado líquido do exercício	4 269 373,37	2 276 074,80
		76 653 606,38	72 447 308,56
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	162 493,53	162 493,53
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2611	Fornecedores de imobilizado, C/C	288 000,00	336 000,00
2613	Fornecedores de imobilizado por locação financeira	3 665 638,27	4 127 260,81
268+262/3/7	Outros Credores	415 295,58	598 389,83
268111	Credores diversos por subscrição de capital social	0,00	0,00
2312	Dívidas a instituições de crédito	24 862 209,04	28 559 296,71
		29 393 636,42	33 783 440,88
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	3 845 270,55	3 784 057,31
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	106 500,00
221	Fornecedores, c/c	658 898,59	799 600,36
222	Factoring Fornecedores, c/c	7 017,90	0,00
2251	Fornecedores, c/c - Por Subsídios Concedidos	0,00	0,00
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	239 410,44	181 067,52
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Cientes e utentes c/ cações	4 977,31	6 904,13
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	176 223,72	464 117,30
24	Estado e outros entes públicos	283 938,27	274 758,64
264	Administração autárquica	250,00	0,00
262+263+267	Outros credores	1051403,83	1530 388,50
268	Outros credores		
223	Fornecedores por venda a dinheiro	0,00	0,00
2612	Empreiteiros c/c	28 925,96	205 777,87
2618	Forn. Imobilizado - Fact. em conferência/recepção	11 439,00	794,83
2613	Fornecedores de imobilizado por locação financeira	454 391,20	477 130,39
2614	Factoring - Fornecedores de imobilizado e empreiteiros C/C	65 328,41	0,00
26151	Forn. Imobilizado - Por Subsídios Concedidos	0,00	0,00
		6 827 475,18	7 831 096,85
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1082 906,56	847 054,37

BALANÇO CONSOLIDADO		ANO: 2013	
Código das Contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2013	2012
274	Proveitos diferidos	25 076 688,70	24 372 971,95
2762	Passivos por Impostos Diferidos	3 282 441,10	3 293 876,25
		29 442 036,36	28 513 902,57
	Total do passivo	65 663 147,96	70 128 440,30
	Total dos fundos próprios e do passivo	142 316 754,34	142 575 748,86

O Balanço Consolidado do exercício de 2013 apresenta uma variação pouco significativa relativamente ao ano anterior. De salientar que, quando comparado com o Balanço do Município, o consolidado evidencia o peso da entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 85%, pelo que é da sua responsabilidade a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Neste contexto, refira-se que houve uma pequena descida do ativo, 0,18%.

Em sentido contrário, é de salientar, o acréscimo de cerca de 5,81% dos Fundos Próprios, que se devem fundamentalmente à variação ao nível dos resultados transitados e ao aumento de 2 Milhões de Euros dos Resultados Líquidos.

Digno de referência é ainda a diminuição de 6,37% na rubrica do passivo, que fica a dever-se, essencialmente à diminuição do passivo municipal.

3.2. Análise Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Município e da INOVA-EM, SA, durante o ano de 2013.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Código das Contas POCAL		2013			
		Exercícios		Exercícios	
		2013		2012	
	Custas e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
	Mercadorias	2 370,24		23 582,60	
	Matérias	1247 473,84	1249 844,08	899 266,25	922 848,85
62	Fornecimento e serviços externos	8 043 376,05		8 295 724,32	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	5 563 572,18		5 413 383,68	
643 a 648	Encargos sociais	139154184		1206 04169	
649	Encargos com férias	0,00	14 998 490,07	14 495,42	14 929 645,11
63	Transf. e subs. correntes concedidos, prest. sociais e imposto:	1201757,30	1201757,30	598 023,22	598 023,22
66	Amortizações do exercício	6 911 341,37		6 565 254,00	
67	Provisões do exercício	26 613,58	6 937 954,95	255 962,19	6 821 216,19
65	Outros custos e perdas operacionais	489 091,47	489 091,47	499 147,20	499 147,20
	(A)		24 877 137,87		23 770 880,57
68	Custos e perdas financeiras	566 122,24	566 122,24	1 109 586,08	1 109 586,08
	(C)		25 443 260,11		24 880 466,65
69	Custos e perdas extraordinárias	1392 186,25	1392 186,25	2 096 328,63	2 096 328,63
			26 835 446,36		26 976 795,28
86	Impostos sobre rendimento do exercício	155 067,56	155 067,56	-19 631,21	-19 631,21
	(E)		26 680 378,80		26 957 164,07
88	Resultado líquido do exercício		4 269 374,47		2 276 074,80
			30 949 753,27		29 233 238,87
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	268 028,54		286 046,63	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	6 976 236,49		6 744 661,18	
714	Terrenos e recurso naturais	0,00		4 366,00	
713	Outras prestações de serviços	0,00		0,00	
715	Reembolsos e restituições	-133,64		-133,48	
716	Anulações	0,00	7 244 131,39	0,00	7 034 940,33
72	Impostos e taxas	8 173 486,03		6 651 087,88	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	1897 077,16		2 019 002,60	
73	Proveitos suplementares	5 682,78		5 502,54	
74	Transferências e subsídios obtidos	9 435 974,25		9 404 083,19	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	20 438,70	19 532 658,92	18 446,73	18 098 122,94
77	Reversões amortizações e ajustamentos	6 859,62	6 859,62	647,91	647,91
	(B)		26 783 649,93		25 133 711,18
78	Proveitos e ganhos financeiros	2 269 322,53	2 269 322,53	1 909 694,47	1 909 694,47
	(D)		29 052 972,46		27 043 405,65
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 896 780,81	1 896 780,81	2 189 833,22	2 189 833,22
	(F)		30 949 753,27		29 233 238,87
			30 949 753,27		29 233 238,87
Resumo:					
	Resultados operacionais: (B)-(A)		1906 512,06		1362 830,61
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)		1703 200,29		800 108,39
	Resultados correntes: (D)-(C)		3 609 712,35		2 162 939,00
	Resultados líquido do exercício: (F)-(E)		4 269 374,47		2 276 074,80

Os custos e perdas apresentados no exercício de 2013 evidenciam, no seu conjunto, uma variação negativa de 1,03% relativamente ao ano de 2012. Essa variação é influenciada fortemente pela redução dos fornecimentos e serviços externos, dos custos e perdas financeiros e dos custos e perdas extraordinárias.

Quanto aos proveitos e ganhos, assinala-se o aumento, em relação ao ano anterior, dos impostos e taxas e dos proveitos e ganhos financeiros, devido, essencialmente, ao resultado financeiro do Município.

Assim, o apuramento de resultados traduz-se num valor líquido positivo de 4.269.374,47 euros, que equivale a uma variação de 87,58%.

3.3. Análise Fluxos de Caixa

O mapa dos Fluxos de Caixa Consolidados adequa-se ao previsto no POCAL, traduz o comportamento de arrecadação de receitas e da realização de despesas do Município e da INOVA-EM, SA, durante o ano de 2013.

Fluxos de Caixa Consolidados

2013	Un. Euros		
	Município de Cantanhede	Inova EM, SA	TOTAL
Recebimentos			
Saldo da Gerência Anterior	2 613 535,59	2 623 465,77	5 237 001,36
Execução Orçamental	2 095 371,78	2 623 465,77	4 718 837,55
Operações de Tesouraria	518 163,81		518 163,81
Total Receitas Orçamentais	19 473 130,33	7 566 394,03	27 039 524,36
Receitas Correntes	16 956 505,32	6 630 797,79	23 587 303,11
Receitas Capital	2 512 621,98	935 596,24	3 448 218,22
Outras	4 003,03		4 003,03
Operações Tesouraria	1361013,95		1361013,95
Total Geral	23 447 679,87	10 189 859,80	33 637 539,67
Pagamentos			
Total Despesas Orçamentais	18 152 851,55	10 042 010,41	28 194 861,96
Despesa Corrente	10 423 024,75	6 442 772,36	16 865 797,11
Despesa Capital	7 729 826,80	3 599 238,05	11 329 064,85
Operações Tesouraria	1320 000,51		1320 000,51
Saldo para a Gerência Seguinte	3 974 827,81	147 849,39	4 122 677,20
Execução Orçamental	3 415 650,56	147 849,39	3 563 499,95
Operações de Tesouraria	559 177,25		559 177,25
Total Geral	23 447 679,87	10 189 859,80	33 637 539,67

4 - Consolidação global incluindo ABAP E BIOCANT

A ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e a BIOCANT – Associação de Transferência de Tecnologia não integram o perímetro de consolidação agora apresentado, uma vez que não têm enquadramento na Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais. No entanto, para conferir total transparência às contas do Município, apresenta-se de seguida um quadro resumo que demonstra a relação total das dívidas das quatro entidades.

Dívidas a terceiros

2013	Un. Euros				
	MUNICIPIO	INOVA	BIOCANT	ABAP	TOTAL
Dívidas a Instituições de crédito - MLP	19 833 732,00	5 028 477,04	2 804 198,65	1 121 502,70	28 787 910,39
Fornecedores de Imobilizado por locação Financeira - MLP	3 544 693,85	120 944,42			3 665 638,27
Outras dívidas de MLP	703 295,58				703 295,58
Dívida a terceiros e Instituições de crédito de CP	5 001 356,70	1 849 736,68	1 937 943,41	509 563,41	9 298 600,20
Total	29 083 078,13	6 999 158,14	4 742 142,06	1 631 066,11	42 455 444,44

Neste ponto, importa salientar a variação negativa de 12,47% das dívidas a terceiros relativamente a 2012, que se quantificou em 48.501.510,34 euros, o que em termos absolutos representa uma diminuição de 6 milhões de euros. Este resultado é sinónimo do enorme esforço encetado pelo Município para reforçar o equilíbrio das suas finanças.